

Boletim trimestral: Mercado de Trabalho

Trimestre Primeiro

Ano 2025

O presente boletim é realizado pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) do Instituto de Economia da Unicamp. Ele contém uma síntese de informações do mercado de trabalho brasileiro, por trimestre, a partir de recortes socioeconômicos e regionais de amplo interesse. Seu objetivo é facilitar o acesso aos dados oficiais do mercado de trabalho brasileiro.

A divulgação periódica acompanha a disponibilização dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNAD Contínua Trimestral) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNAD Contínua é uma pesquisa de caráter amostral e as estimações aqui apresentadas seguem os critérios de calibração e projeção populacional adotados pelo IBGE. A divulgação deste boletim é livre e gratuita e a reprodução das estatísticas calculadas é liberada, desde que citada a fonte.

Para maiores informações, análises mais detalhadas e contato com pesquisadores da área, acesse o site do [CESIT](http://cesit.org.br).

Conteúdo

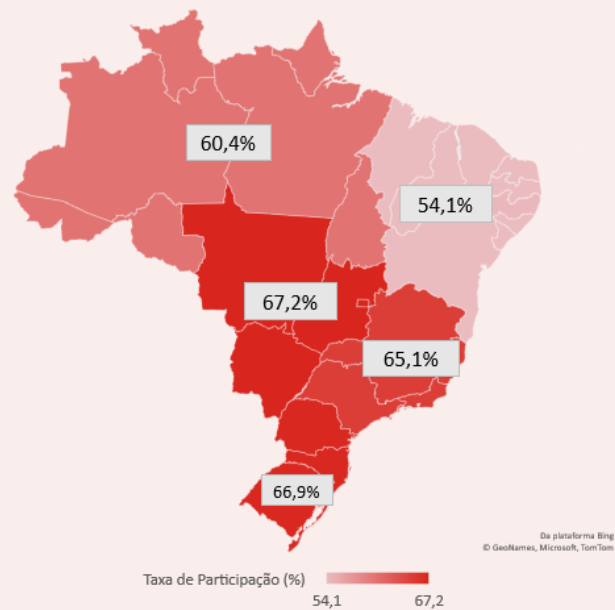
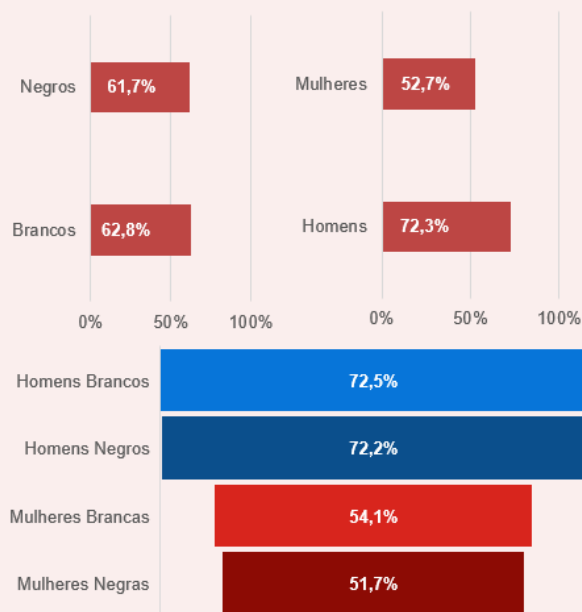
1. **Condição em relação à força de trabalho**
 - a. **Taxa de participação**
 - b. **População fora da força de trabalho**
 - c. **Razão do interrompimento da busca por trabalho**
2. **População ocupada**
 - a. **População na força de trabalho**
 - b. **Nível de ocupação**
3. **Desocupados**
 - a. **Desocupação**
 - b. **Desocupação entre jovens**
 - c. **Subutilização da força de trabalho**
 - d. **Tempo na busca por trabalho**
4. **Informalidade (metodologia CESIT)**
5. **Remuneração habitual média**

1. a. TAXA DE PARTICIPAÇÃO

62,2%

- A taxa de participação é o percentual de pessoas de 14 anos ou mais na força de trabalho em relação ao total de pessoas de 14 anos ou mais.
- Cálculo:** percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade ativa: $[PEA / PIA] \times 100$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Taxa de participação (%)

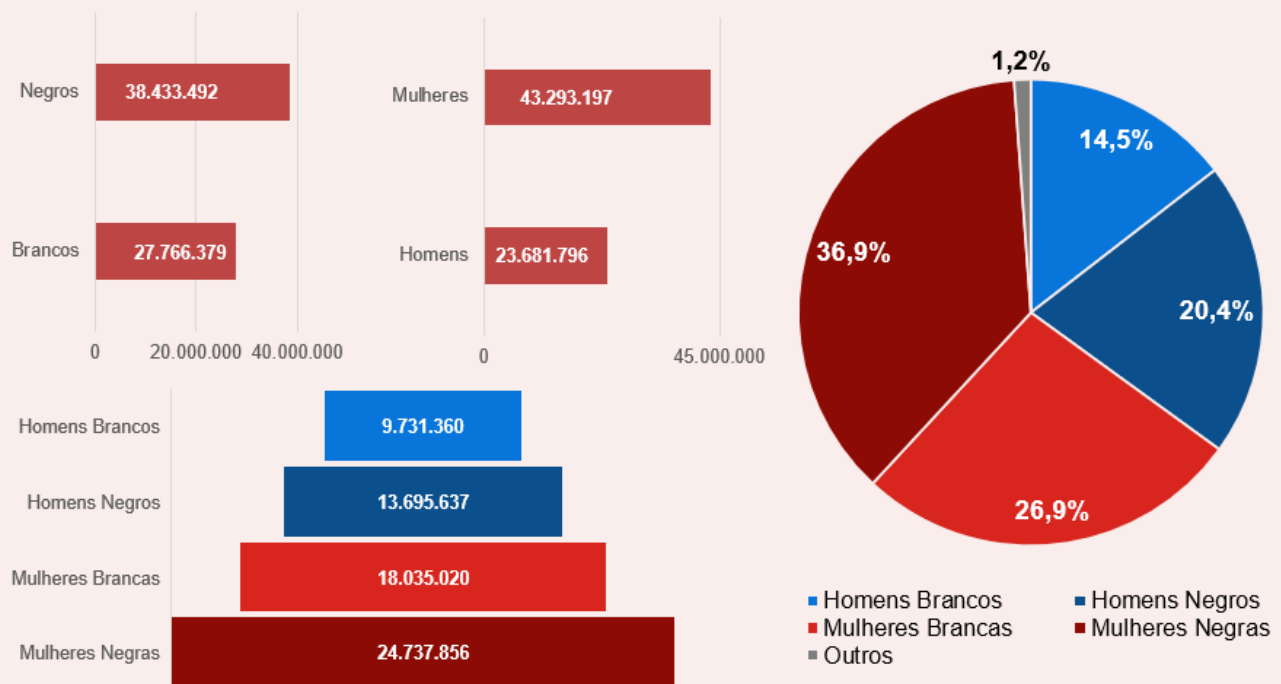
Acre	52,1	Maranhão	51,4	Rio de Janeiro	61,4
Alagoas	51,4	Mato Grosso	69,5	Rio Grande do Norte	53,1
Amapá	59,0	Mato Grosso do Sul	63,4	Rio Grande do Sul	66,5
Amazonas	61,9	Minas Gerais	64,4	Rondônia	59,2
Bahia	57,8	Pará	59,9	Roraima	63,6
Ceará	50,7	Paraíba	53,8	Santa Catarina	68,4
Distrito Federal	67,3	Paraná	66,4	São Paulo	67,0
Espírito Santo	62,3	Pernambuco	54,5	Sergipe	56,3
Goiás	67,4	Piauí	54,1	Tocantins	64,3

1. b. POPULAÇÃO FORA DA FORÇA DE TRABALHO

66,9 milhões

- São classificadas como fora da força de trabalho na semana de referência **as pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência**. Isto é, pessoas que não estavam trabalhando nem buscando trabalho.
- Cálculo:** pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas: PNEA.

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

População fora da força de trabalho (%)

Acre	47,9	Maranhão	48,6	Rio de Janeiro	38,6
Alagoas	48,6	Mato Grosso	30,5	Rio Grande do Norte	46,9
Amapá	41,0	Mato Grosso do Sul	36,6	Rio Grande do Sul	33,5
Amazonas	38,1	Minas Gerais	35,6	Rondônia	40,8
Bahia	42,2	Pará	40,1	Roraima	36,4
Ceará	49,3	Paraíba	46,2	Santa Catarina	31,6
Distrito Federal	32,7	Paraná	33,6	São Paulo	33,0
Espírito Santo	37,7	Pernambuco	45,5	Sergipe	43,7
Goiás	32,6	Piauí	45,9	Tocantins	35,7

1. c. RAZÕES PARA O INTERROMPIMENTO DA BUSCA POR TRABALHO

Para as pessoas fora da força de trabalho, a PNAD contínua pergunta qual foi o principal motivo de não se ter tomado providência para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias.

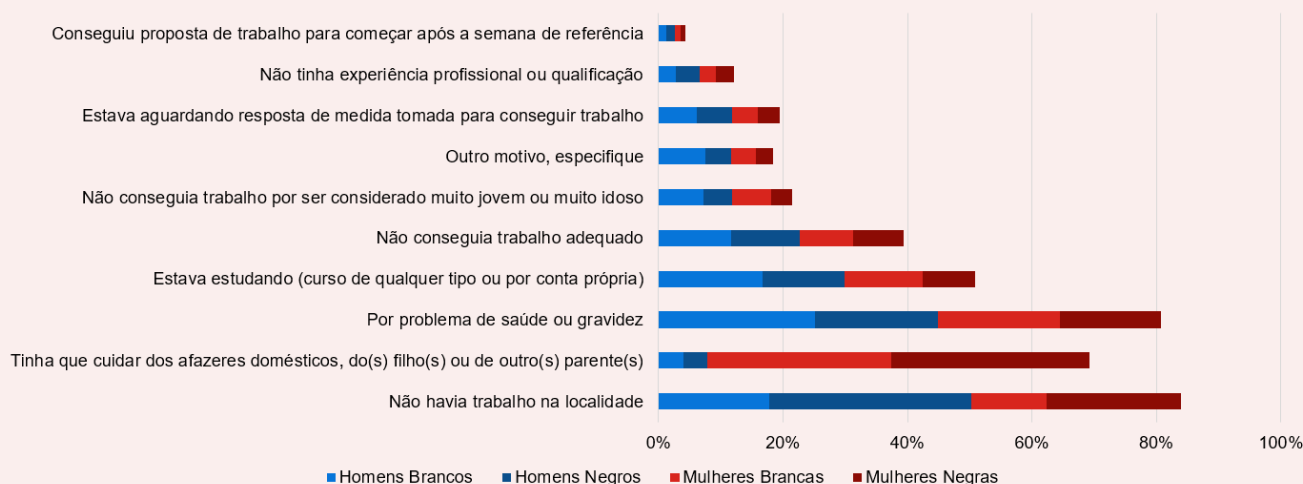
PANORAMA NACIONAL

Principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho no período (%)

Não havia trabalho na localidade	22,0%
Tinha que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)	21,2%
Por problema de saúde ou gravidez	18,7%
Estava estudando (curso de qualquer tipo ou por conta própria)	11,5%
Não conseguia trabalho adequado	9,4%
Não conseguia trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso	4,7%
Estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho	4,5%
Outro motivo, especifique	3,9%
Não tinha experiência profissional ou qualificação	3,1%
Conseguiu proposta de trabalho para começar após a semana de referência	1,0%

Valores por raça e gênero

No período de referência, o principal motivo de não tomar providência para conseguir um trabalho foi:



25%

Dos homens brancos que não procuraram trabalho no período de referência relataram problema de saúde.

29%

Das mulheres brancas que não procuraram trabalho no período de referência relataram que tinham que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s).

32%

Dos homens negros que não procuraram trabalho no período de referência relataram não haver trabalho na localidade.

32%

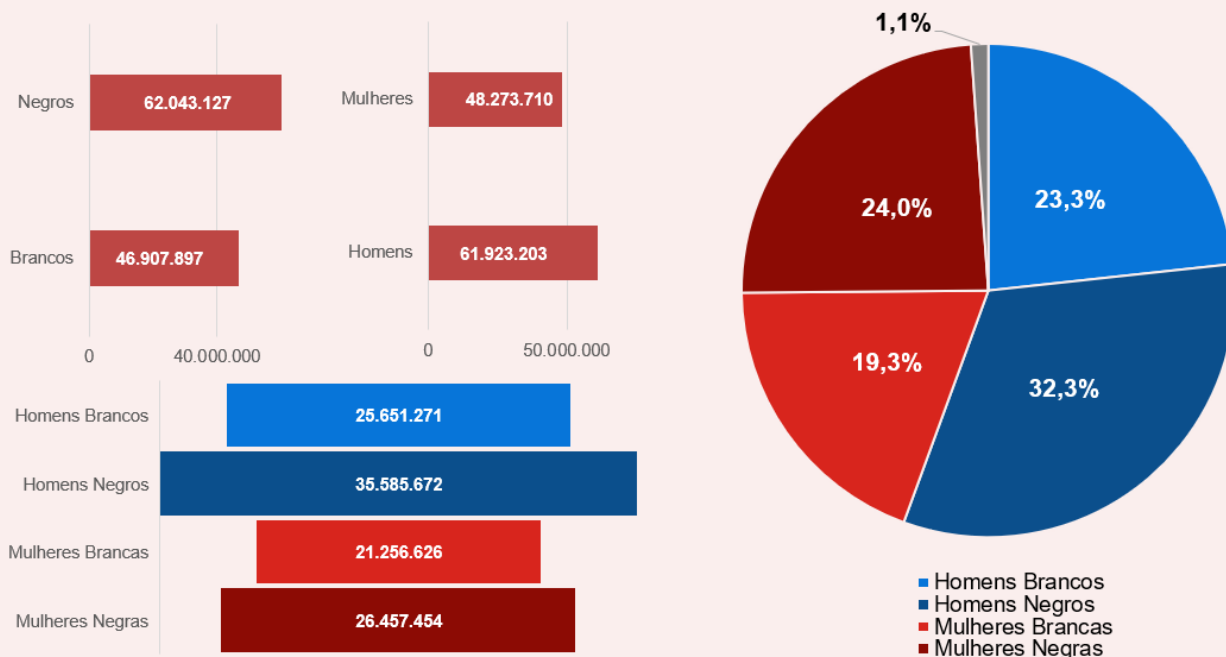
Das mulheres negras que não procuraram trabalho no período de referência relataram que tinham que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s).

2. a. POPULAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

110,1 milhões

- A população economicamente ativa é a **soma das pessoas ocupadas e desocupadas**. Ou seja, é composta das pessoas que trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado na semana de referência (ocupadas) ou que, caso não ocupadas nesse período, tomaram alguma providência efetiva para conseguir um trabalho no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para iniciar um trabalho (IBGE, 2016).
- Cálculo:** pessoas ocupadas + pessoas desocupadas: [PO + PD]

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

População na força de trabalho

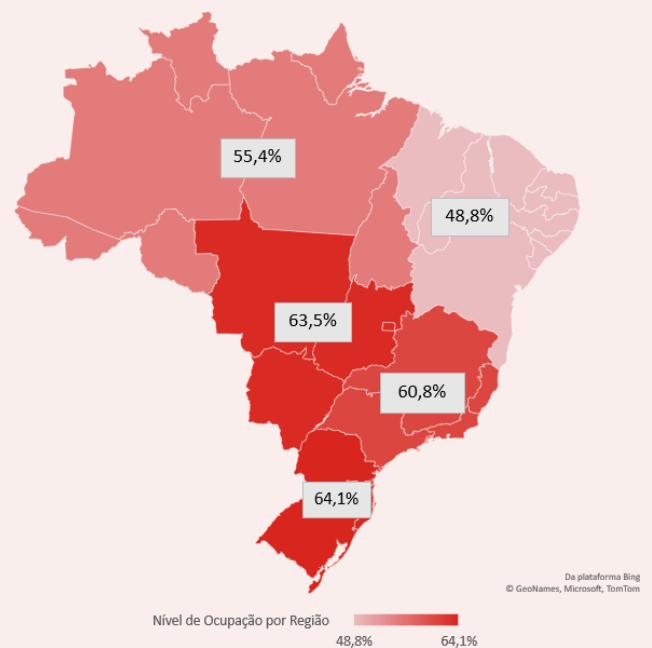
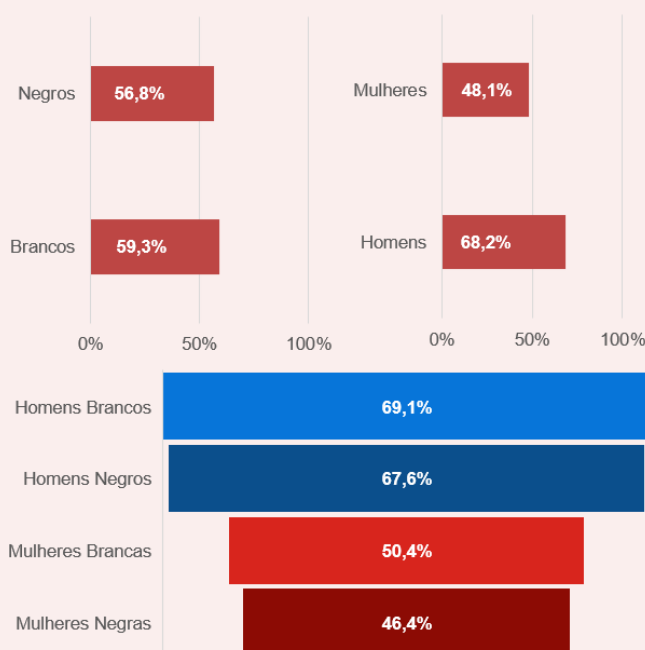
Acre	365.659	Maranhão	2.885.487	Rio de Janeiro	9.122.578
Alagoas	1.373.589	Mato Grosso	1.963.535	Rio Grande do Norte	1.604.951
Amapá	409.639	Mato Grosso do Sul	1.446.054	Rio Grande do Sul	6.365.005
Amazonas	2.048.573	Minas Gerais	11.503.667	Rondônia	883.148
Bahia	7.144.296	Pará	4.194.492	Roraima	298.110
Ceará	3.886.684	Paraíba	1.751.699	Santa Catarina	4.255.964
Distrito Federal	1.775.106	Paraná	6.412.204	São Paulo	26.637.728
Espírito Santo	2.147.771	Pernambuco	4.287.293	Sergipe	1.082.927
Goiás	4.083.865	Piauí	1.424.589	Tocantins	842.301

2. b. NÍVEL DE OCUPAÇÃO

57,8%

- O nível de ocupação mede o percentual de **pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar**, ou seja, à população em idade ativa. São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, **trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios** (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana (IBGE, 2016).
- Cálculo:** percentual de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade ativa: $[Ocupados / PIA] \times 100$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Nível de ocupação (%)

Acre	47,8	Maranhão	47,2	Rio de Janeiro	55,7
Alagoas	46,8	Mato Grosso	67,0	Rio Grande do Norte	47,9
Amapá	53,8	Mato Grosso do Sul	60,9	Rio Grande do Sul	63,0
Amazonas	55,7	Minas Gerais	60,8	Rondônia	57,3
Bahia	51,5	Pará	54,7	Roraima	58,8
Ceará	46,7	Paraíba	49,1	Santa Catarina	66,3
Distrito Federal	61,2	Paraná	63,8	São Paulo	62,8
Espírito Santo	59,9	Pernambuco	48,2	Sergipe	51,1
Goiás	63,9	Piauí	48,5	Tocantins	60,1

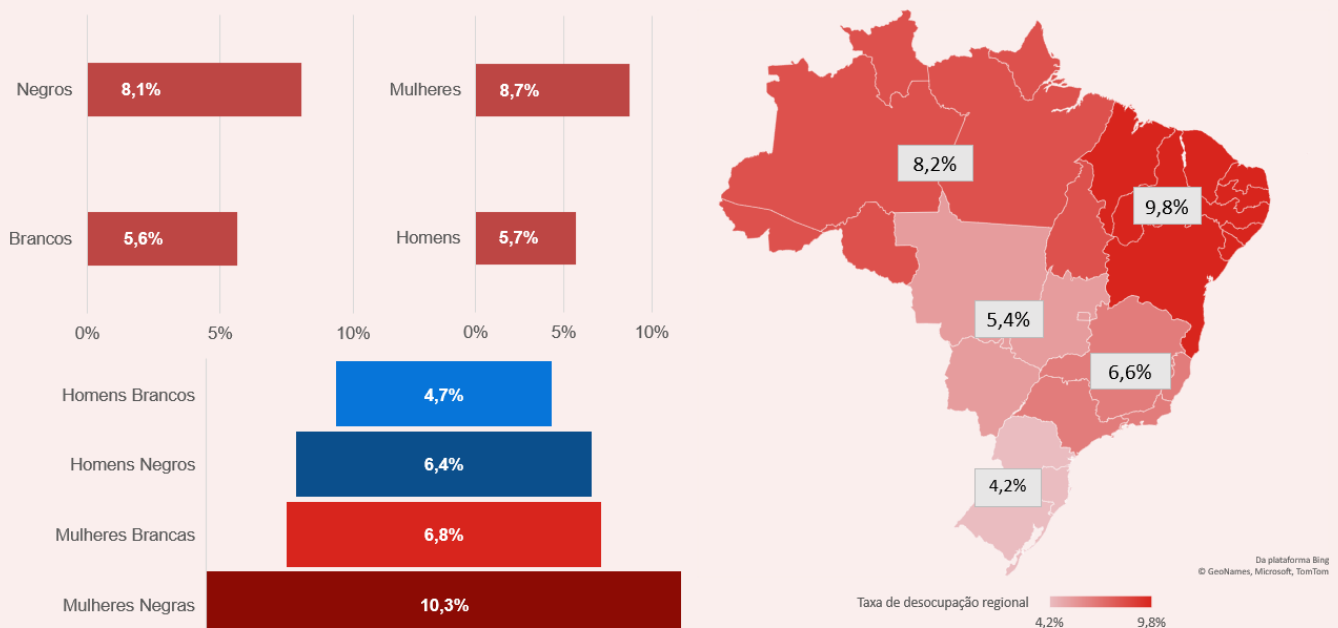
3. a. TAXA DE DESEMPREGO

7,0%

- A taxa de desemprego (ou desocupação) mede o **percentual da população na força de trabalho que está desocupada**. São classificadas como desocupadas na semana de referência: i) as pessoas não ocupadas nesse período, que tomaram alguma providência efetiva para conseguir um trabalho no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência e; ii) as pessoas não ocupadas e disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência porque já haviam conseguido trabalho para começar após a semana de referência (IBGE, 2016).
- Cálculo:** percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho:

$$[\text{Desocupados} / \text{PEA}] \times 100$$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Taxa de desemprego (%)

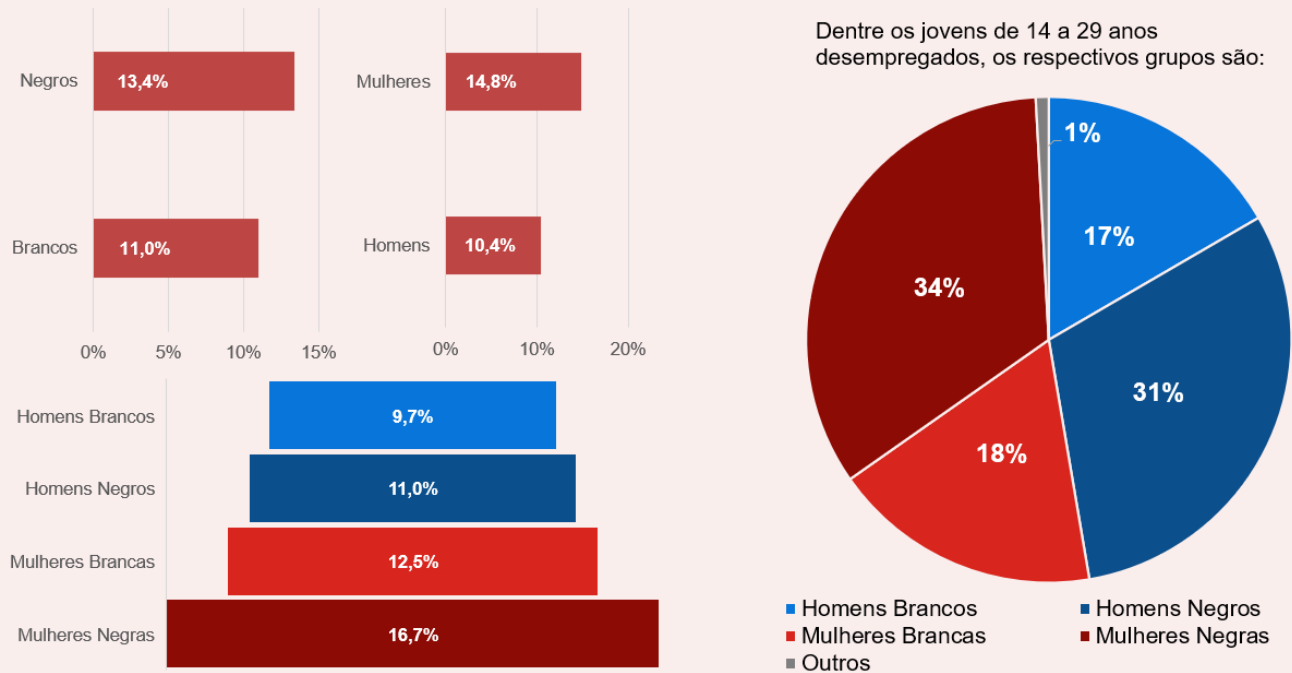
Acre	8,2	Maranhão	8,1	Rio de Janeiro	9,3
Alagoas	8,9	Mato Grosso	3,5	Rio Grande do Norte	9,8
Amapá	8,7	Mato Grosso do Sul	4,0	Rio Grande do Sul	5,3
Amazonas	10,1	Minas Gerais	5,7	Rondônia	3,1
Bahia	10,9	Pará	8,7	Roraima	7,6
Ceará	8,0	Paraíba	8,7	Santa Catarina	3,0
Distrito Federal	9,1	Paraná	4,0	São Paulo	6,2
Espírito Santo	4,0	Pernambuco	11,6	Sergipe	9,3
Goiás	5,3	Piauí	10,2	Tocantins	6,4

3. b. DESEMPREGO ENTRE JOVENS

12,4%

- São considerados jovens trabalhadores de até 29 anos.
- Cálculo:** percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho:
[Desocupados / PEA] x 100

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR FAIXA ETÁRIA

Taxa de desocupação (%)

Faixa etária	Taxa de desocupação (%)	Desocupação rural (%)	Desocupação urbana (%)
14 a 16 anos	27,4	12,4	30,1
17 a 19 anos	24,4	17,0	25,3
20 a 24 anos	12,2	12,4	12,2
25 a 29 anos	7,9	8,0	7,9
30 a 39 anos	5,8	6,3	5,7
40 a 49 anos	5,0	5,1	5,0
50 a 59 anos	4,4	3,7	4,5
60 anos ou mais	3,1	1,6	3,3
Total	7,0	6,5	7,1

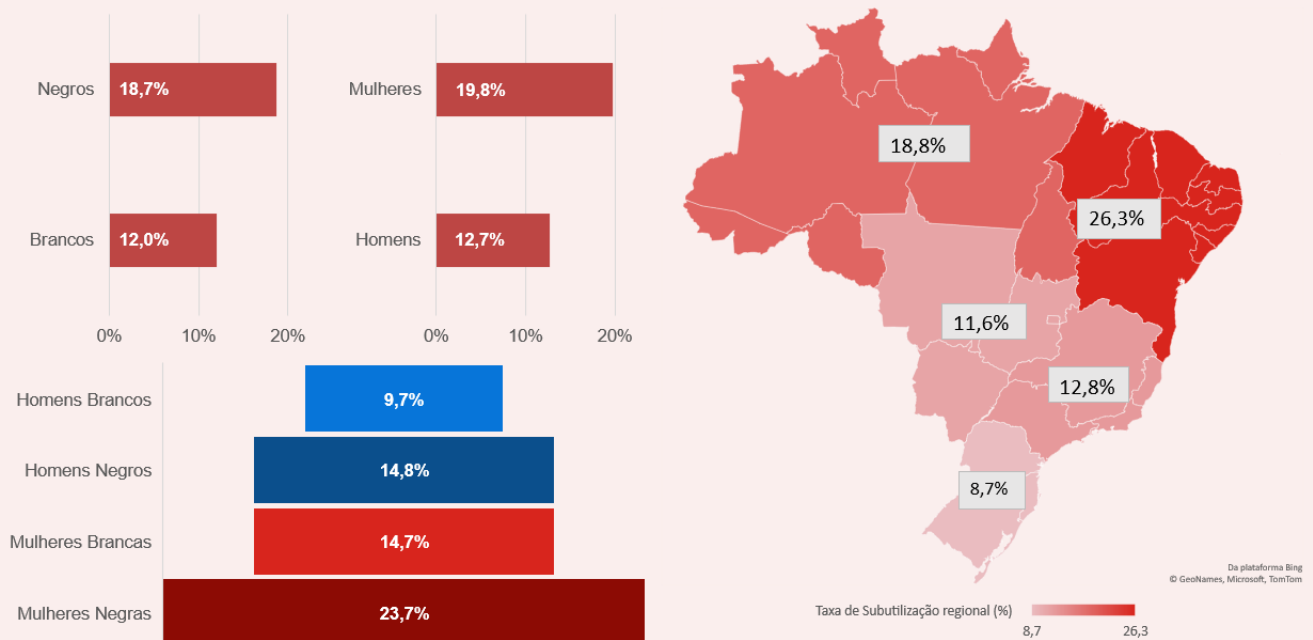
Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

3. c. SUBUTILIZAÇÃO

15,9%

- A **Subutilização da Força de Trabalho** (*labour underutilization*) é um conceito construído para complementar o monitoramento do mercado de trabalho, além da medida de desocupação, que tem como objetivo **fornecer a melhor estimativa possível da demanda por trabalho em ocupação**. Possui três componentes mutuamente exclusivos, sendo que dois componentes integram a força de trabalho: i) os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e os ii) desocupados; a eles se somam os que integram a iii) força de trabalho potencial (IBGE, 2023b).
- Cálculo:** taxa composta de subutilização da força de trabalho: $[(\text{Desocupados} + \text{Subocupados} + \text{Força de Trabalho Potencial}) / (\text{PEA} + \text{Força de Trabalho Potencial})] \times 100$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Taxa de subutilização (%)

Acre	19,1	Maranhão	26,0	Rio de Janeiro	15,4
Alagoas	27,5	Mato Grosso	8,1	Rio Grande do Norte	20,4
Amapá	15,9	Mato Grosso do Sul	9,8	Rio Grande do Sul	10,3
Amazonas	17,3	Minas Gerais	13,0	Rondônia	8,5
Bahia	27,5	Pará	22,6	Roraima	15,0
Ceará	23,3	Paraíba	25,4	Santa Catarina	5,3
Distrito Federal	19,0	Paraná	9,4	São Paulo	12,1
Espírito Santo	7,9	Pernambuco	26,3	Sergipe	26,9
Goiás	10,5	Piauí	34,0	Tocantins	16,1

3. d. TEMPO DECORRIDO NA BUSCA POR TRABALHO

Para as pessoas fora da força de trabalho, a PNAD contínua pergunta, considerando até o último dia da semana de referência, quanto tempo fazia que se estava sem qualquer trabalho e tentando conseguir trabalho.

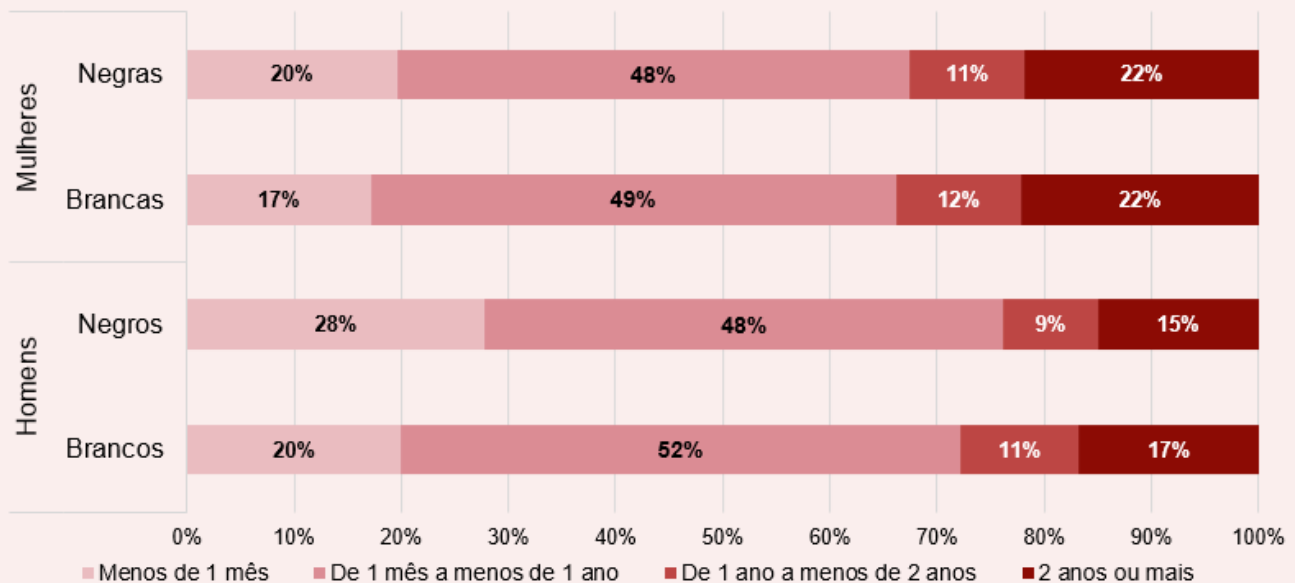
PANORAMA NACIONAL

Tempo decorrido na busca por trabalho (%)

Menos de 1 mês	21,6
De 1 mês a menos de 1 ano	48,9
De 1 ano a menos de 2 anos	10,4
2 anos ou mais	19,1

Valores por raça e gênero

Tempo decorrido na busca por trabalho (%)

**17%**

Dos homens brancos que estavam sem trabalho no período de referência estão há mais de 2 anos sem conseguir trabalho

22%

Das mulheres brancas que estavam sem trabalho no período de referência estão há mais de 2 anos sem conseguir trabalho.

15%

Dos homens negros que estavam sem trabalho no período de referência estão há mais de 2 anos sem conseguir trabalho.

22%

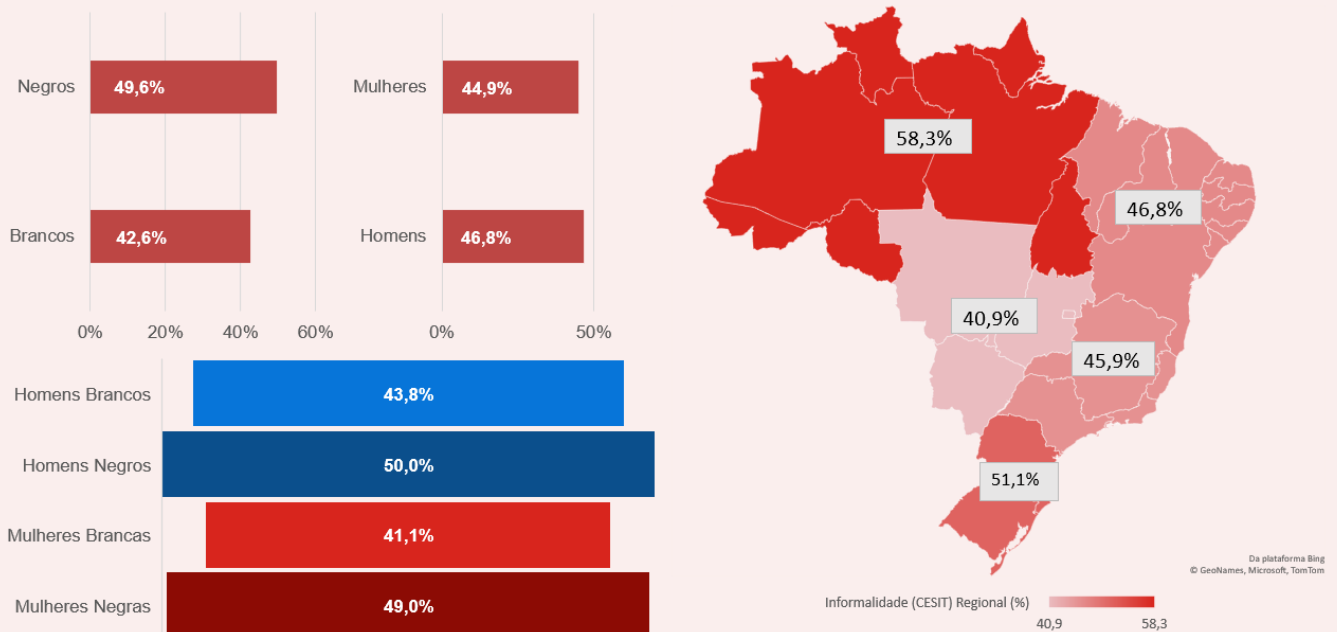
Das mulheres negras que estavam sem trabalho no período de referência estão há mais de 2 anos sem conseguir trabalho.

4. INFORMALIDADE (METODOLOGIA CESIT)

46,6%

- A taxa de informalidade representa o percentual dos trabalhadores brasileiros ocupados que não têm acesso aos direitos trabalhistas. Na proposta de cálculo do CESIT, são considerados informais **os empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, os empregados no setor público sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores familiares auxiliares.**
- Cálculo:** percentual de informais com relação à população ocupada: $[\text{Informais} / \text{PO}] \times 100$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Taxa de informalidade (CESIT) (%)

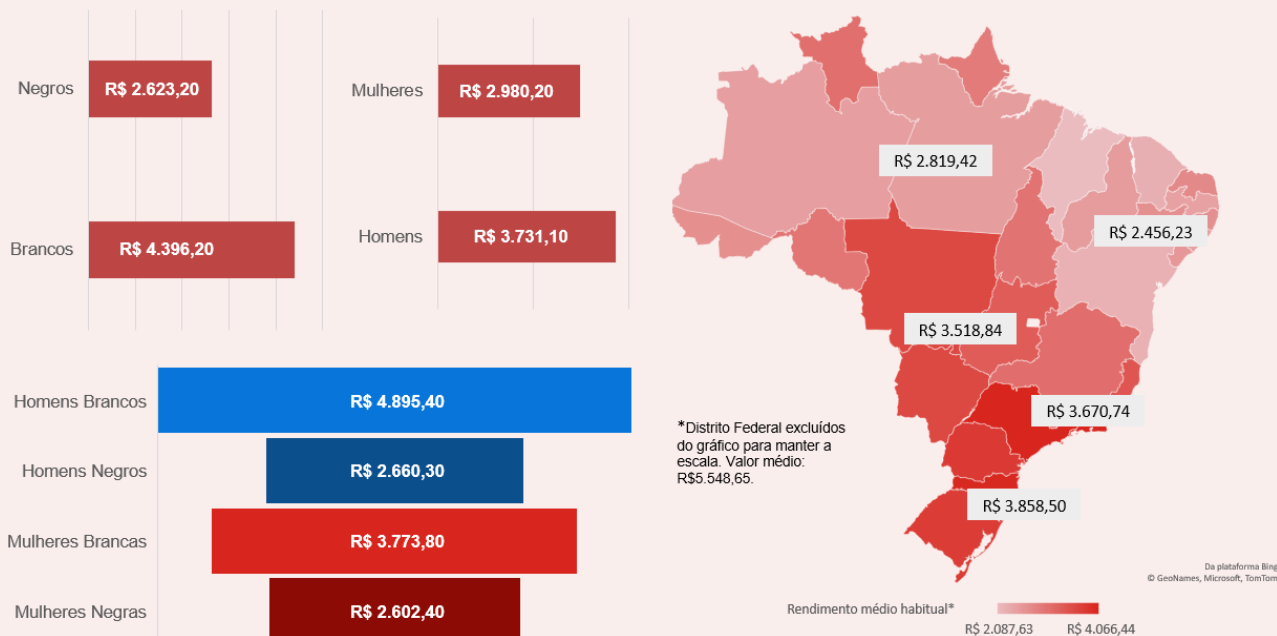
Acre	51,9	Maranhão	66,0	Rio de Janeiro	44,8
Alagoas	55,2	Mato Grosso	42,3	Rio Grande do Norte	49,8
Amapá	52,7	Mato Grosso do Sul	40,1	Rio Grande do Sul	41,1
Amazonas	57,1	Minas Gerais	45,1	Rondônia	54,9
Bahia	57,8	Pará	62,3	Roraima	48,1
Ceará	59,0	Paraíba	57,8	Santa Catarina	35,2
Distrito Federal	36,4	Paraná	39,8	São Paulo	37,7
Espírito Santo	47,7	Pernambuco	53,2	Sergipe	53,6
Goiás	45,0	Piauí	63,3	Tocantins	53,9

5. RENDIMENTO HABITUAL MÉDIO

R\$ 3.410,20

- O rendimento habitual consiste no rendimento recebido por empregados, empregadores e trabalhadores por conta própria, mensalmente, **sem acréscimos extraordinários ou descontos esporádicos**. Caso o rendimento recebido de empregado, de trabalhador por conta própria e de empregador seja variável, considera-se o rendimento habitual aquele em média recebido pela pessoa no período em que realizava o trabalho declarado na semana de referência. Quando a remuneração varia em função do período ou estação do ano, considera-se o rendimento mensal que a pessoa ganha habitualmente nesse período sazonal (IBGE, 2016).
- Para não distorcer a percepção das demais regiões, o valor do rendimento habitual médio para o Distrito Federal foi ocultado do gráfico. Ele foi de R\$5.548,65.

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Remuneração habitual média (em R\$)

	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
AC	2.688,57	2.662,10	MA	2.158,67	1.980,82	RJ	4.524,09	3.479,89
AL	2.602,59	2.275,61	MT	4.044,81	2.959,11	RN	2.946,57	2.472,94
AP	3.125,71	2.671,67	MS	3.987,72	3.106,28	RS	4.210,98	3.219,10
AM	2.532,00	2.397,99	MG	3.486,54	2.614,36	RO	3.248,29	2.623,08
BA	2.343,03	2.073,62	PA	2.644,20	2.260,54	RR	3.201,06	2.934,69
CE	2.391,80	2.080,17	PB	2.577,90	2.227,21	SC	4.482,28	3.431,92
DF	6.104,82	4.861,54	PR	4.256,73	3.174,43	SP	4.504,78	3.507,40
ES	3.766,88	2.990,40	PE	2.834,57	2.438,78	SE	2.699,39	2.402,78
GO	3.764,12	2.791,82	PI	2.695,57	2.237,68	TO	3.294,96	2.654,73

RECONHECIMENTO



A realização deste boletim foi possibilitada pela parceria entre o CESIT e o **Fundo Brasil**. O Fundo Brasil de Direitos Humanos é uma fundação independente, sem fins lucrativos, com a proposta inovadora de construir mecanismos sustentáveis para canalizar recursos destinados aos defensores de direitos humanos. A fundação impulsiona as atividades de pessoas e organizações não governamentais voltadas à defesa dos direitos no país. Faz isso por meio de um modelo de apoio a projetos que estimula o investimento social e desenvolve a filantropia nacional voltada para a justiça social. Para saber mais sobre a organização acesse o site www.fundobrasil.org.br.

REFERÊNCIAS

IBGE.2025a. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua \(PNAD Contínua\)](#). 1º trimestre de 2025. Microdados.

IBGE. 2023b. [Novos Indicadores Sobre a Força de Trabalho](#). 1º trimestre de 2023.

IBGE. 2016. [Glossário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua \(PNAD Contínua\)](#).

AUTORIA

Este boletim, construído pelo CESIT em parceria com o Fundo Brasil, é de autoria das pesquisadoras Marilane Teixeira, Caroline Lima Oliveira e Clara Saliba. Marilane Teixeira é economista, mestre em economia política, doutora em desenvolvimento econômico pelo IE-Unicamp, pesquisadora do CESIT-IE da UNICAMP nas áreas de trabalho, gênero e sindicalismo. Clara Saliba é bacharel em ciências econômicas, mestranda em economia pelo IE-Unicamp e bolsista de produção de dados do CESIT-IE. Caroline Lima Oliveira é graduanda em ciências econômicas pelo IE-Unicamp e bolsista de produção de dados do CESIT-IE. As autoras podem ser contatadas em mari@uol.com.br, claramsaliba@gmail.com e carolinelimadeoliveira44@gmail.com.